

SCIENTIA ANTIQUITATIS



Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Dezembro de 2019

Volume: 2/ 2019

Capa: Fragmento de mandíbula da Anta da Casa da Moura (©Daniela Anselmo)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

Do passado ao presente, das pessoas aos objetos. O Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas

Laura LARGUEIRAS¹

Susana TEIXEIRA²

Resumo

No âmbito do projeto de recuperação do edifício da antiga Manutenção Militar de Elvas para adaptação a Museu de Arqueologia e Etnografia, pretende-se dar a conhecer o contexto em que surge esta instituição pública, tendo em conta a conjuntura social e política no século XIX, abordando as metodologias e critérios adotados na conceção dos inventários e o vínculo portador de identidade entre objetos e pessoas.

Palavras-chave: Elvas, Arqueologia, Museu, Objeto

Abstract

In the context of the restoration project of an old military building in Elvas for adaptation to the Museum of Archeology and Ethnography, it is intended to disclose the context in which this public institution emerges, taking into account the social and political conjuncture in the nineteenth century, addressing the methodologies and criteria adopted in the design of inventories and the identity-carrying bond between objects and people.

Keywords: Elvas, Archeology, Museum, Object

¹ lauramargaridacl@gmail.com - Arqueóloga

² susana.teixeira@cm-elvas.pt - Câmara Municipal de Elvas

"os objetos arqueológicos fundamentam e ilustram a história do território, mas também documentam a história das pessoas que os recolheram, os apreciaram, estudaram, comercializaram, colecionaram e construiriam museus"
(Pereira, 2018: 314)

1. Emergência dos museus e a institucionalização da arqueologia em Portugal

A segunda metade do século XIX é assinalada pelo despoletar a grande escala, de instituições museológicas, quer a nível local, quer a nível regional. Na origem dos inúmeros espaços museológicos está o contexto social e político da época (Pimentel, 2005: 87).

Embora a fundação dos museus, enquanto instituição pública, tenha conhecido o seu auge no século XIX, é dois séculos antes, com a Revolução Francesa, que surgem os conceitos de património, monumento histórico e conservação, e ainda, a consciência de proteção de bens móveis e imóveis e o seu conseqüente depósito, com o desígnio à salvaguarda e à posterior apresentação pública em museus, proliferando a instrução do Estado (Choay, 2014: 103-107). A par desta conjuntura política, influenciada em parte pelo Iluminismo e os ideais liberais, é só no século XIX na Europa que se multiplica a conceção de museus (Julião, 2001: 21).

No caso particular de Portugal, assiste-se a uma grande proliferação de museus de carácter essencialmente regional, sendo os primeiros, o Museu dos Serviços Geológicos (1857), o atual Museu do Carmo (1864), O Museu do Instituto - arqueologia em Coimbra (1873), o Museu Municipal de Santarém (1876), o Museu/Biblioteca Municipal de Estremoz (1880), o **Museu/Biblioteca Municipal de Elvas** (1880), o Museu da Sociedade Martins Sarmento (1885), o Museu Municipal de Viana do Castelo (1888), o Museu Arqueológico Municipal

de Beja (1892), o Museu Etnológico Português (Museu Nacional de Arqueologia) (1893), o Museu Municipal de Alcácer do Sal (1894), o Museu Municipal da Figueira da Foz (1894) e o Museu Arqueológico e lapidar Infante D. Henrique em Faro (1894).

A constituição destas instituições museológicas não está dissociada da institucionalização e desenvolvimento da arqueologia enquanto ciência, dado que, os museus que despontaram nesta época são compostos predominantemente por coleções de arqueologia, provenientes de investigações e escavações efetuadas nesta centúria (Nabais, 1999:76).

A institucionalização da arqueologia em Portugal, na segunda metade do século XIX, tem por base ideológica países como a Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos da América, locais em que o progresso cultural é evidente.

A história da arqueologia como disciplina e ciência é marcada pelo surgimento de algumas instituições de cariz histórico/arqueológico, pioneiras em escavações arqueológicas, nomeadamente, a *Sociedade Arqueológica Lusitana* (1849), a *Comissão Geológica do Reino* (1857) e a *Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses* (1863) (Gonçalves e Diniz, 1993-1994: 178). É neste período que se desenvolvem inúmeros trabalhos arqueológicos, dos quais destacamos, as escavações em Tróia, os labores levados a cabo pela Comissão Geológica na Estremadura e Vale do Tejo, os trabalhos de Estácio da Veiga em Mafra, Mértola e Algarve e o início das escavações da Citânia de Briteiros por Martins Sarmiento. Neste sentido, são publicados os resultados destes trabalhos arqueológicos difundindo desta forma o estudo da história do país e as origens do Homem (Fabião, 1989: 12).

A atividade arqueológica portuguesa adquire destaque nacional e internacional em 1880, aquando a realização do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, em Lisboa, em que foram dados a conhecer os trabalhos realizados até então,

realçando a questão do “Homem Terciário” e os concheiros de Muge (Gonçalves, 1980: 9).



Figura 1 – Aspeto geral de uma das salas da secção de arqueologia e numismática. Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.

É neste contexto de emergência e propagação de museus locais/regionais e da democratização do ensino e da cultura, que advém, em Elvas, a criação da secção de arqueologia e numismática (atual Museu de Arqueologia e Etnografia António Tomás Pires), junto à biblioteca municipal, tendo como principal objetivo evitar “*a perda de muitas antiguidades*” (Ata camarária de 22 de junho de 1880), indo então de encontro ao que eram os museus da época. É importante salientar que embora o museu de Elvas se localizasse no interior do país, este não teria menos relevância que as outras instituições museológicas. A importância da sua coleção, a sua localização fronteiriça, as publicações n’*O Arqueólogo Português* sobre o museu (Pires, 1901) e os seus objetos (Vasconcellos, 1895, 1896, 1897), assim como, os contatos epistolares entre o elvenses António Thomaz

Pires, figura de relevo na arqueologia da cidade, no percurso do museu e no folclore, e personalidades distintas, sobretudo, José Leite de Vasconcellos, com quem tinha uma relação não só profissional, como também de amizade (Soromenho, 1963: 12), são fatores que contribuíram para a valorização do museu e das suas coleções.

2. A Biblioteca e a Secção de Arqueologia e Numismática

A proposta da fundação da Biblioteca Municipal em Elvas data de 1860 por iniciativa de João Ferreira Alves, escrivão de fazenda, apresentada no periódico *O Transtagano* (*O Transtagano*, 11 de novembro de 1860, n.º 56), do qual era fundador, conhecida através da intervenção do vereador João Manuel de Oliveira, na sessão camarária de 31 de outubro de 1860, aprovada juridicamente na sessão seguinte a 6 de novembro, nas quais se salienta as competências do Município no que concerne à criação das instituições que visem a instrução, alegando a necessidade urgente na criação de uma biblioteca pública. Contudo, a Biblioteca Municipal de Elvas, só foi inaugurada a 10 de junho de 1880 no rés-do-chão do antigo Colégio Jesuíta, após vinte anos de esforços, integrada nas comemorações realizadas do tricentenário da morte de Luís de Camões, visando o desenvolvimento cultural local (Ata camarária de 11 e 25 de maio de 1880).

Ainda no mesmo ano, é apresentada a proposta para a criação da secção de arqueologia pelo Sr. Coronel Manuel Joaquim da Silva Mata, vogal da comissão da biblioteca, na sessão de 5 de janeiro de 1880 (*O Elvense*, 24 de junho de 1880), requerendo que se "*recolhessem todos os objectos de valor arqueológico e histórico que fossem achados, e que a Câmara municipal pudesse alcançar*" (Almada, 1889: 277), acrescentando de que "*junto da biblioteca se creasse uma secção arqueológica, para a guarda e conservação dos*

monumentos e objectos d'arte, que se achassem dispersos por diferentes partes, a risco de se perderem, e dos que ulteriormente fôsem descobertos dentro da área do concelho” (Almada, 1889: 263). A esta iniciativa associaram-se os restantes membros da comissão, porém, a proposta não conheceu efeito imediato dada a ausência de comunicação entre o então presidente da comissão José Ignacio Pereira e a Câmara, tendo a mesma conhecimento da proposta a 7 de janeiro de 1880 (Almada, 1889: 277).



Figura 2 - Lateral da fachada da Biblioteca-Museu de Elvas.
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.

Só mais tarde, na sessão camarária de 22 de junho de 1880, o vice-presidente Eusébio David Nunes da Silva, apresentou a proposta supradita e usando da palavra, propôs que a mesma se estabelecesse junto à biblioteca municipal e *“que se reunissem alguns objectos e moédas que desde já se pudessem obter de particulares, e outros que de futuro fossem achados”* (Almada, 1889: 277), tendo esta sido aprovada unanimemente.



Figura 3 - Panorama de uma das salas do museu na Biblioteca Municipal de Elvas.
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.

É neste panorama que se enquadra a recolha e incorporação do espólio que deu origem à coleção inerente à secção de arqueologia da Biblioteca Municipal. O início da coleção resulta da incorporação de dois monumentos funerários, nomeadamente, uma inscrição romana dedicada a *Caius Iulius Gallo* e uma cabeceira de sepultura medieval (Almada, 1889: 277-278), registadas primeiramente na ata camarária de 6 de junho de 1880, expressa nos seguintes ofícios: *“o Sr. João António da Sousa Nobre, de Lisboa, accedendo, da melhor vontade, ao pedido que esta Camara lhe fez e concedendo para o museu archeologico municipal a pedra sepulchral que existe nas suas casas na rua de S. Lourenço desta cidade”* e *“o sr. dr. Sanches de Miranda no mesmo sentido e dizendo que tem a maior satisfação de oferecer não só a curiosidade archeologica que lhe foi pedida como tambem qualquer outro objecto que possua e com que possa cotar-se o estabelecimento que esta camara projecta para distinguir esta nobre terra”*. Estas recolhas também eram noticiadas nos diversos periódicos locais como forma de divulgação dos vestígios do passado, refletindo assim, o desenvolvimento do espírito crítico das elites emergentes dotadas de um elevado grau de instrução e educação, como é expressão *O Elvense*.

Neste prisma, verifica-se de imediato que o município elvense desempenhou um papel proeminente no âmbito do projeto do Museu Arqueológico, mediante a solicitação e angariação de “antiguidades”, adquiridas ou recebidas a título de ofertas, depósitos e compras. Esta disposição de desenvolvimento cultural começa a manifestar-se previamente à data oficial da proposta da criação da secção, registando-se em atas camarárias as ofertas de objetos arqueológicos, numa primeira fase inscrições romanas e logo de seguida, cultura material diversificada como resposta à solicitação da câmara que após a aprovação da iniciativa, deu ordem para que os trabalhadores do concelho, apresentassem na secretaria “*todos os objectos que encontrassem em excavações que fizessem, e que tivessem o conho d’antiguidade*” (Almada, 1891: 270), tendo esta ideia expandindo-se até aos territórios envolventes, permitindo compreender o impacto que o apelo gerou na sociedade da época, o que nos possibilita compreender a integração das peças na coleção, provenientes de outras áreas de que não a do território que corresponde aos atuais limites administrativos do concelho de Elvas. Neste sentido, o processo de incorporação das peças e respetiva coleção espelham o espírito da época, marcada pelo conhecimento individual pelas motivações distintas de cada personalidade.

Com a passagem do tempo, houve a progressiva separação entre bibliotecas e museus, o caso de Elvas, não foi excecional. A necessidade da transferência do Museu Municipal para o piso superior do edifício da biblioteca, é apresentada nas atas camarárias dos anos 70 do século XX (ata camarária de 20 de novembro de 1975 e 12 de junho de 1977), porém, só em 1982 (Fig.4), é realizada devido à necessidade urgente na reorganização do espaço, considerando a incapacidade no que concerne ao acondicionamento e exposição do espólio, permanecendo neste local até ao seu encerramento (*Guião do Museu Municipal de Elvas*, 1991). Este assunto é levado à consideração camarária de 3 de fevereiro de 1982, na qual o presidente e

vereadores, Aníbal Franco, Cerveira de Melo e José Rente, apelam à transferência do museu: "*considerando o desejo sempre manifestado de proteger e expor condignamente e seguramente as colecções do Museu*" (Ata camarária de 3 de fevereiro de 1982). Esta proposta foi aprovada unanimemente.



Figura 4 - Entrada para o Museu Arqueológico, instalado no 1º piso da biblioteca
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo.



Figura 5 - Excerto da notícia do encerramento do Museu Municipal de Elvas
(Linhas de Elvas, 19 de agosto de 2004).

Em 2005 (Linhas de Elvas, 19 de agosto 2004), assiste-se à definitiva separação da convivência de ambos os espaços por decisão

da autarquia que decide reabilitar o espaço da biblioteca no âmbito da sua integração na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (Fig. 5). Este processo implicou alterações profundas, resultando no encerramento do edifício para remodelação do espaço, reabrindo a 3 de novembro de 2007, abrangendo somente os serviços de Biblioteca que perduram até hoje.

A Câmara Municipal de Elvas é proprietária de um riquíssimo e diversificado acervo museológico, materiais que se encontram atualmente em reserva, aguardando a breve transferência para a reabertura do Museu Arqueológico e Etnográfico António Tomás Pires a ser implementado na antiga Manutenção Militar. Neste museu, pretende-se dar a conhecer um novo discurso museográfico centrado na releitura do objeto, numa perspetiva tendo como foco a componente imaterial, o território e as pessoas que contribuíram para o panorama da arqueologia elvense. Na prática, este projeto pretende ir ao encontro da mesma génese na qual foi criada a secção de arqueologia, privilegiando-se o percurso do espólio e as personalidades associadas ao mesmo, funcionando ainda este espaço museológico a partir do cruzamento entre a coleção de arqueologia com a de etnografia do Grémio da Lavoura de Elvas.

3. Inventariação e catalogação do acervo

O *Catálogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) trata-se do primeiro inventário (*Correio Elvense*, 20 agosto 1944) respeitante às peças que constituíram a secção de arqueologia e numismática até à data da sua publicação n' *O Archeologo Português*. Em termos de estrutura, está organizado em duas secções, nomeadamente, a época pré-histórica e época histórica, na qual se incluem objetos romanos e portugueses, e ainda, objetos romanos que já tinham sido oferecidos ao museu. Esta publicação foi resultado do interesse manifestado por António Thomaz Pires, funcionário

municipal, que durante a sessão camarária de 6 de fevereiro de 1900, se voluntaria sob licença da secretaria para “*elaborar o catalogo de todos os objectos de que se compõe o museu archeologico junto da biblioteca municipal d’esta cidade (...)*”. Este trabalho foi apresentado na sessão camarária de 26 de março de 1901, o que lhe conferiu a atribuição de um voto de louvor como forma de reconhecimento pela elaboração do mesmo, e ainda, pela sua atitude pioneira e dinâmica no museu.

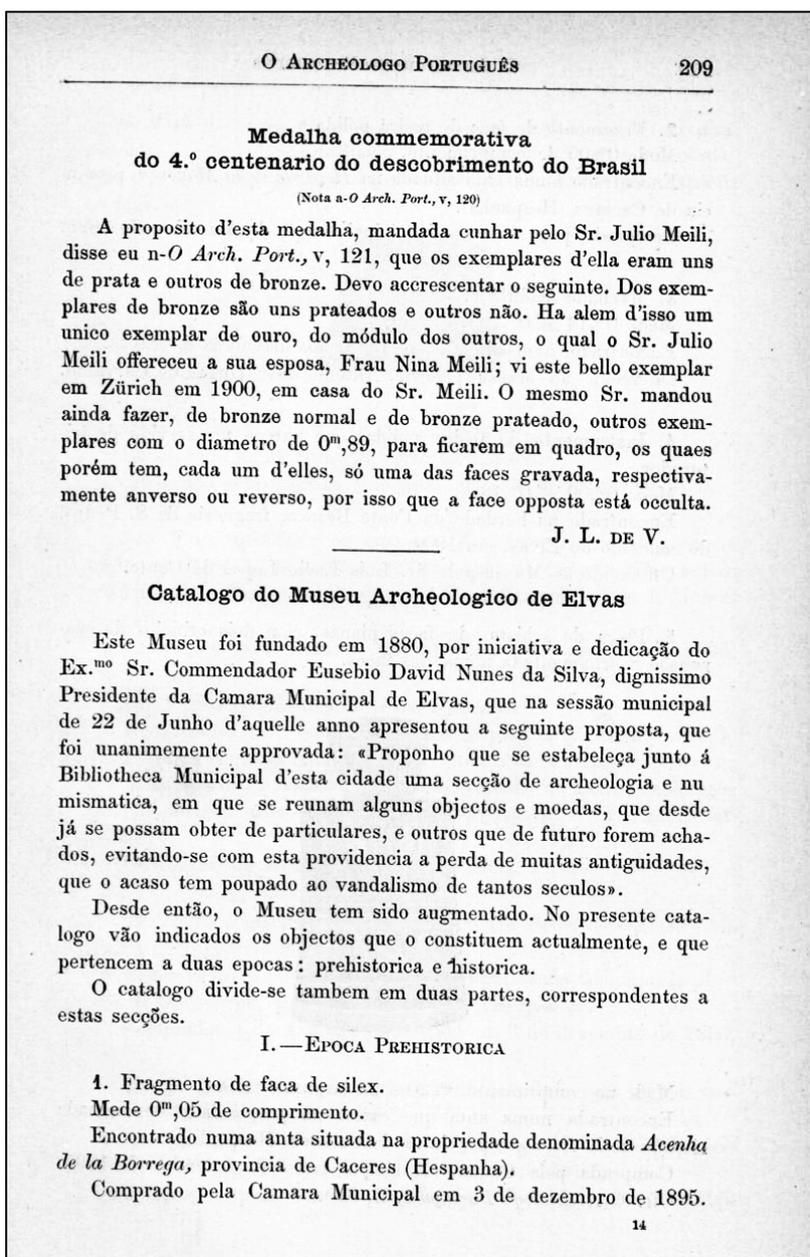


Figura 6 – Rosto do catálogo do museu, extraído d’O Archeologo Português (1901).

Esta sistematização de espólio espelha ainda a rede de cooperação entre o Doutor Leite de Vasconcellos com Thomaz Pires, revelando a intenção de promover um museu local que poderia ser um apoio ao então Museu Etnológico Português, atual Museu Nacional de Arqueologia (Almeida, 1999-2000: 59), contribuindo para a afirmação do museu de Elvas, centrando-se na salvaguarda do património arqueológico, tendo desencadeado a projeção da arqueologia elvense no panorama nacional, sendo ainda hoje uma referência incontornável para o estudo e investigação dos espólios.

Após a publicação do catálogo, sabe-se que em 1910, por intermédio da correspondência de António Thomaz Pires endereçada ao Bibliotecário da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses, que o primeiro pretendia elaborar um novo catálogo do museu, porém, este ficou sem efeito, muito provavelmente dado o seu débil estado de saúde, expresso em ata camarária, na qual solicita a aposentação da câmara (Ata camarária 7 junho 1904), tendo contudo, permanecido como diretor honorário do museu e biblioteca até à sua morte a 3 de Agosto de 1913.

No período compreendido entre 1913 a 1940, do qual António José Torres de Carvalho é o diretor, verifica-se uma lacuna relativamente ao registo e inventário das peças por estar *"absorvido nos seus trabalhos biblioecónómicos e por motivo de grandes obras que se fizeram no edificio, relegara os assuntos do Museu para segundo plano"* (Correio Elvense, 20 agosto 1944).

Esta personalidade é sucedida por Domingos Lavadinho que elabora um novo esquema do catálogo do museu, após constatar que *"Desde 1913, ano do falecimento de Tomaz Pires, que não se inventariava um único objeto"* (Correio Elvense, 20 de agosto de 1944), *"havendo a notar que não se conhece a proveniência de vários, por absoluta falta de qualquer esclarecimento"* (Lavadinho, 1944). Todavia, os objetos incorporados na coleção eram registados no livro

de "Registo de Entradas" (1938-1962) do museu, no qual estes eram anotados mediante a organização desta instituição.

Deste modo dá a conhecer no *Correio Elvense* em 1944, o esquema do mesmo, organizado em onze secções, a primeira de Arqueologia, na qual se inseriam as categorias Pré-Histórica, Romana, Árabe, Visigótica e Portuguesa, sendo as seguintes Etnografia, Arte Sacra, Belas-Artes, Numismática, Medalhística, Secção Histórica e Militar com uma subsecção colonial, Metrologia, Serralharia, Vária e a última de Geologia. Em cada categoria, Domingos Lavadinho, indica não só as tipologias de objetos correspondentes a cada uma delas, mas também, os campos a serem registados na ficha de inventário.

4. Biografia do objeto

O colecionismo e o humanismo estão intimamente ligados, no que concerne, à recolha e coleção de objetos tendo por base uma "*cultura universal, humanística e científica*" que "*emergiu das viagens e descobertas*" (Bruno, 1999: 37).

O objeto, nomeadamente, o arqueológico, foi visto desde sempre como um objeto de exposição, manifestado em coleções privadas até ao século XVIII (Nabais, 1999: 75). É neste contexto que o património móvel e imóvel é legalmente protegido (Brigola, 2019: 54) no reinado de D. João V, por alvará de 20 de agosto de 1721, que visava a averiguação de monumentos da Antiguidade e medievais, por parte da Academia da História, com o intuito de recolher "*estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas medalhas, moedas e outros artefactos*", com o desígnio de "*verificar muitas noticias da veneravel antiguidade asim sagrada, como politica; e que seria mui conveniente àlus da verdade e conhecimento dos ceculos passados*". Ainda neste documento, D. João V, salienta que é dever das Câmaras Municipais "*conservar e guardar*

todas as antiguidades (...) nos limites do seu districto" (Alvará, 20 de agosto de 1721).

O objeto arqueológico é visto como um testemunho da sociedade passada em que é possível narrar a história e as vivências de determinada época através do mesmo, sendo este um veículo cultural e educacional para as comunidades de cada região.

Com o surgimento de museus por todo o país, os objetos incorporados nos mesmos passam a ser património do Estado e de certa forma, de todas as pessoas.

São inúmeros os agentes que coadjuvaram para a formação e para o aumento das coleções de arqueologia e que contribuíram para a história biográfica do objeto e/ou da coleção (Pereira, 2018: 39). É através desta biografia que poderemos conhecer intrinsecamente o seu percurso, desde o momento da sua recolha até à incorporação do mesmo no espaço expositivo ou na reserva (Alberti, 2005: 560). Segundo Igor Kopitoff ao fazer a biografia de um objeto far-se-iam "*questions similar to those one asks about people*" (1986: 66). Na perspetiva do objeto arqueológico pode-se perguntar: Qual a proveniência? Qual a cronologia? Qual o seu legado? Qual o modo de incorporação?

Para chegar a estas respostas é fundamental verificar documentos que atestem o modo de incorporação do objeto e a pessoa responsável pelo mesmo, recibos, catálogos, inventários, correspondência institucional e epistolar e publicações relativas ao mesmo. Tal como Alberti refere, estas fontes, muitas vezes levavam a caminhos complexos no que diz respeito aos modos de aquisição entre indivíduos e museus (2005: 562). Por outro lado, é o cruzamento destes dados que também nos permitem adquirir informações fundamentais para o conhecimento do objeto e para o estudo de determinada sociedade/cultura associada ao mesmo, sendo que por vezes, é possível obter um conjunto de dados inéditos dando uma nova

perspetiva a determinado objeto ou coleção e criando uma narrativa expositiva distinta.

Os objetos adquirem simbologia e identidade a partir da ligação com os seus recolectores, doadores e proprietários anteriores, sendo nesta ótica, consideradas fontes históricas (Alberti, 2005: 565), tendo por base a relação pessoal com individualidades que têm ligações aos mesmos.

No século XIX e inícios do século XX, verifica-se a relevância que a recolha das antiguidades assumia por parte da sociedade elvense, expressando-se assim uma elevada preocupação no que concerne à obtenção do maior registo possível associado ao objeto, o que nos permite atualmente historiografar a biografia do mesmo, privilegiando essencialmente, os indivíduos a eles relacionados. Neste contexto, compreende-se que há evidentemente a necessidade em registar todo o percurso do espólio, ressaltando os ciclos de vida do mesmo, dando especial ênfase à interação social entre o objeto e as pessoas.

Relativamente aos contribuintes destacam-se os “atores” que pertenciam às elites locais e regionais e que desempenhavam funções ao serviço do Estado, possuidores de uma posição socioeconómica privilegiada como é o caso de engenheiros, militares, párcos, secretários municipais, administradores do concelho, entre outros, cargos que lhes conferiam distinção social, prestígio pessoal e reconhecimento coletivo (Pereira, 2018: 305).

Desde o início da coleção de arqueologia que se verifica que o objeto é interpretado como um vínculo de ligação às pessoas, sendo esta ideia atingível desde logo pela leitura do *Catalogo* (Pires, 1901) no qual incorpora a descrição da peça, o contexto arqueológico, a proveniência e os nomes dos agentes que contribuíram para a constituição da coleção. No final do mesmo, é apresentado sob forma de balanço, uma listagem no sentido de reforçar os nomes das personalidades e instituições que até ao momento da publicação, desempenharam um papel ativo no Museu Arqueológico.

O mesmo acontece, tal como foi referido anteriormente, no esquema do catálogo efetuado por Domingos Lavadinho, no qual volta a privilegiar-se o "*Nome do depositante, vendedor ou ofertante*" (Lavadinho, 1944), apesar do longo período temporal desde a conceção do primeiro catálogo e da ausência do registo de inventário de peças durante a direção de António Torres de Carvalho.

Selecionámos uma das primeiras peças que integrou o acervo do museu em estudo (Fig. 7), de modo a demonstrar a metodologia utilizada no registo dos objetos incorporados no mesmo, enfatizando ainda a necessidade da correlação dos diferentes suportes informativos. O objeto elegido é o número 22 do catálogo (Pires, 1901), correspondente ao número 4899 do inventário atual.

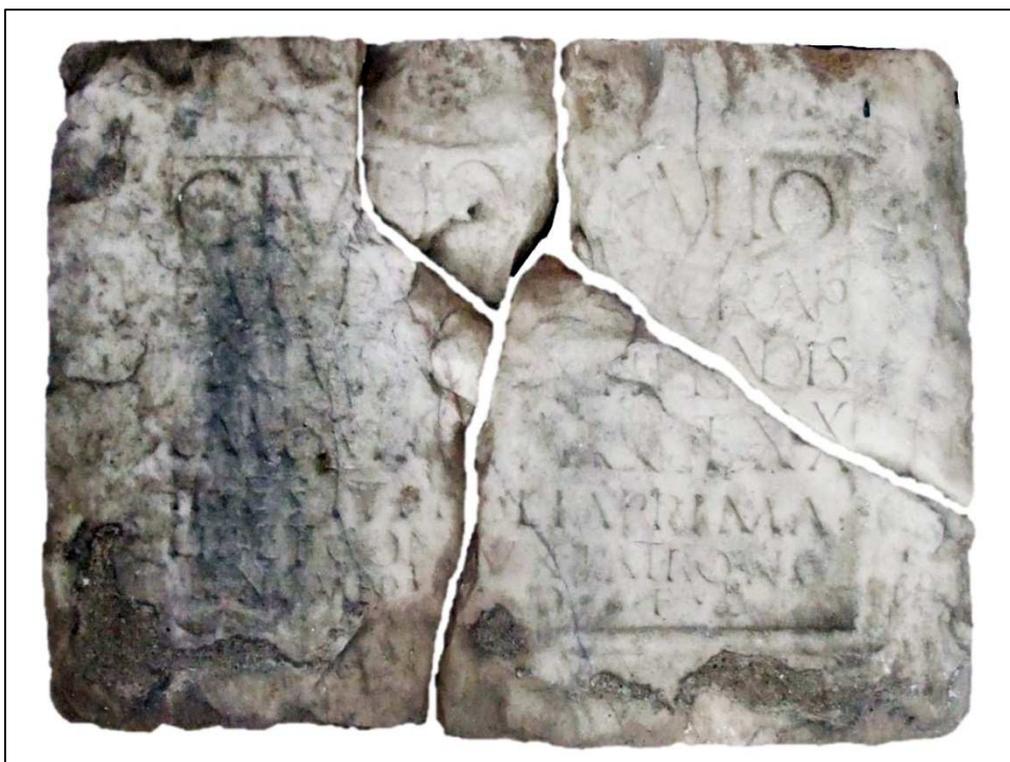


Figura 7 - Inscrição romana dedicada a *Caius Iulius Gallo* (n.º 4899). Fotografia: Câmara Municipal de Elvas (2017).

A peça referida é descrita no catálogo de forma pormenorizada, salientando-se o contexto arqueológico e o nome das personalidades associadas à mesma (Fig. 8). Contudo, na consulta do inventário

original, deparamo-nos com a ausência dos dados anteriormente mencionados, quer na ficha manuscrita (Fig. 9), quer na datilografada (Fig. 10), sendo por isso fundamental a descrição concebida por Victorino d'Almada (Almada, 1889: 278) que funciona como um complemento à concebida por António Thomaz Pires, explicando todos os pormenores relativos ao contexto arqueológico, ressaltando diferentes nomes, tais como, aquele que a descobriu, a ofereceu ao museu, e ainda, aquele que a interpretou.

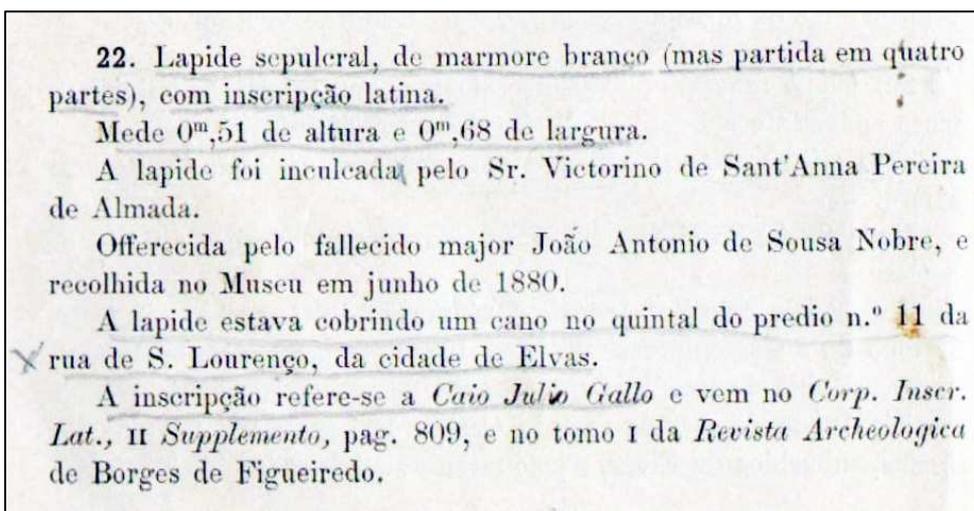


Figura 8 – Excerto do Catalogo do *Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) referente à peça n.º 4899 do atual inventário.

MUSEU Municipal de Elvas			
Sola: _____		Tema: _____	
Cota _____	Estante _____	Prateleira _____	Inventário 4899
Autor: _____			
Titulo da obra: <i>Lápide em mármore Branco (partida)</i>			
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> C/VI -- ENDIS -- LIAPRIMA -- PATRON -- D.F.C. </div>			
Local e data da impressão: <i>esta na parede do patio da Biblioteca</i>			
Número de volumes: _____ <i>copy. 1991</i>			

Figura 9 - Ficha de inventário do objeto 4899 integrada no dossier do "Inventário Original". Fonte: Acervo do Museu Municipal de Elvas.

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS	
	<i>Ref.^a 4899</i>
DENOMINAÇÃO: LÁPIDE	
DESCRIÇÃO: Em mármore branco com a seguinte inscrição: " CIVI ----- ENDIS LXX ----- LIA PRIMA ----- PATRON ----- D. F. C. "	
Medidas - 68 cm x 53 cm aprox.	
DATAÇÃO:	
ORIGEM / PROVENIENCIA:	
ESTUDOS E PERITAGEM:	
OBSERVAÇÕES: Partida em 4 fragmentos. Está no pátio da Biblioteca.	

Figura 10 - Ficha de inventário do objeto 4899 realizada no âmbito da reorganização do inventário, organizado por ordem alfabética.
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Elvas.

Neste âmbito, torna-se facilmente atingível que era muito importante a menção do nome da personalidade que contribuiu direta ou indiretamente para o bilhete de identidade da peça, o qual é expresso, a nível externo, nas atas camarárias e nos periódicos elvenses e, a nível interno, nos inventários e fichas do museu.

Os critérios e metodologias adotados no âmbito do registo da peça, nem sempre foram, ao longo do tempo, uniformes, tal como são testemunho as diversas tipologias de fichas de inventário. Na maioria dos casos verifica-se uma descrição débil e ausência do preenchimento de alguns campos, tais como, a proveniência, o contexto arqueológico, a data e o modo de incorporação e os indivíduos associados aos objetos. De um modo geral a peça é registada tendo em conta apenas a denominação, sendo que por vezes, é referida a funcionalidade, a tonalidade, a matéria-prima e alguma especificidade.

No entanto, importa tentar perceber como e porque se chegou até aqui. Existem hipóteses lógicas que nos permitem justificar a precaridade, deficiência e erros identificados na documentação anteriormente referida, o que nos leva a considerar e atendendo a

informações orais transmitidas por antigos funcionários, que os diretores, coordenadores de serviço, vereadores eleitos, influenciaram a concepção e o procedimento de registo das peças. De outra forma, os funcionários municipais, colaboradores e voluntários afetos ao museu, também contribuíram para esta disparidade e lacunas de dados, consequentes da inexistência de formação adequada e do conhecimento que este trabalho requeria. Há que salientar ainda que os meios físicos e técnicos que disponham não eram por vezes os mais apropriados. Toda esta documentação é característica dos tempos e das pessoas que tiveram contato com a mesma e com a coleção do museu.

É neste prisma de ideias que se compreende que apesar da coleção de arqueologia ser bastante diversificada em termos tipológicos e cronológicos, carece de um registo científico e rigoroso, o que condiciona a biografia do objeto, sobretudo pela ausência, em muitos casos, do contexto arqueológico e da proveniência, verificando-se apenas a descrição sumária da peça e a localização referente ao espaço museológico, indicando-se a sala, vitrine, estante e caixa. De referir ainda, que no caso dos inventários originais, algumas peças são desenhadas no sentido de identificar o objeto, sendo que este “esboço” atualmente se torna essencial, no caso de dúvidas, para o reconhecimento da correspondência à peça (Fig. 11).

Perante as evidências, é fundamental reunir e cruzar toda a informação relativa à peça, desde o inventário original ao duplicado, aos dossiês temáticos, às listagens de peças por sala, até às diversas fichas, redigidas manualmente ou datilografadas, elementos que constituem o acervo documental do museu, não descurando o estudo e investigação das fontes e da bibliografia, essenciais para a autenticidade dos dados. Seleccionámos a peça 2652 para evidenciar o processo acima referido, na qual verificámos que a informação registada na ficha é ténue, em termos de proveniência e contexto arqueológico, sendo fundamental a consulta da obra *"Exploração de*

algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas” (Viana e Deus, 1950, fig.22), que permitiu identificar as informações em falta.

Nesta ótica, torna-se oportuno sublinhar que por vezes a informação presente nos inventários é díspar de ficha para ficha, em outros casos, são acrescentados dados complementares e/ou corrigidas informações.

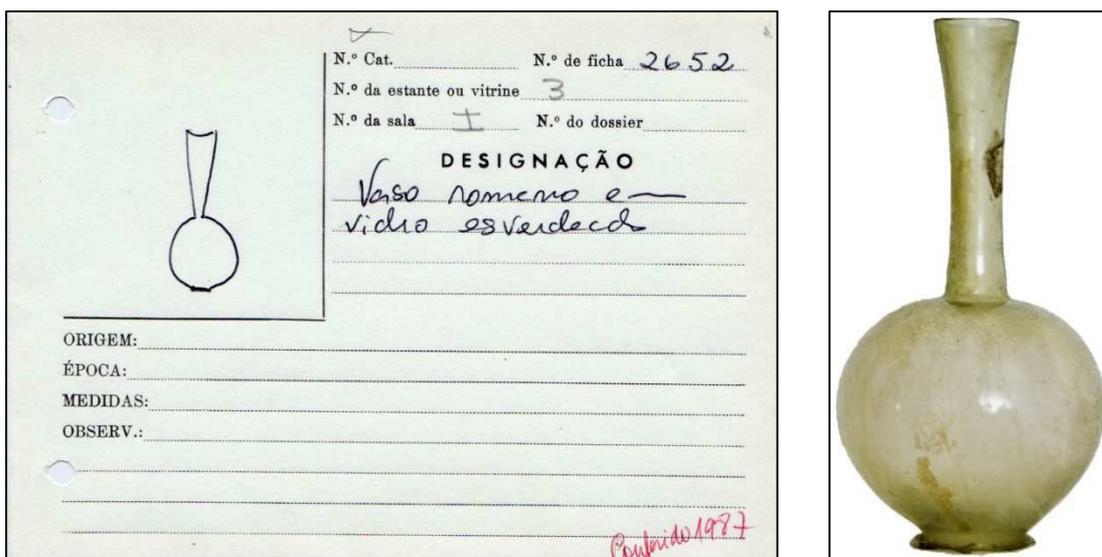


Figura 11 e 12 - Ficha de inventário do objeto 2652 integrada no dossier do "Inventário Original" e respetiva peça.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Elvas. Fotografia: Câmara Municipal de Elvas, 2018).

5. Considerações finais

A biblioteca-museu de Elvas integra um conjunto de instituições de âmbito regional fundados no período da emergência dos museus e da institucionalização da arqueologia em Portugal.

Elvas, foi uma das primeiras cidades onde foi instalada uma secção de arqueologia, porém, não é esta ocorrência que a torna singular, mas sim o seu ciclo de investigações e personalidades relacionadas aos objetos, amadores e profissionais, que elegeram os "vestígios do passado" como campo de afirmação associado à ideia de

progresso e de cultura, consolidada na construção de uma identidade local e nacional, e ainda, as que estabeleceram ligações com o museu e os respetivos diretores, os quais perpetuaram a eternização do seu nome associando-se à história da coleção.

O município elvense desempenhou desde o início da secção de arqueologia um papel fundamental no âmbito da sua coleção através das angariações de objetos.

Contudo, esta coleção, apesar de ser colossal e diversificada, requer urgentemente a correlação de todos os suportes existentes no acervo documental do Museu Municipal de Elvas, e posterior, uniformização de inventários. Torna-se imprescindível assim, o seu estudo e investigação científica, despertando um olhar mais atento relativamente aos campos mais negligenciados, nomeadamente, a proveniência e o contexto arqueológico, incorporando todos os dados em fichas técnicas, obedecendo às normas do *Matriz*, no sentido de se alcançar a biografia do objeto da forma mais fidedigna possível.

O processo de incorporação das peças no museu reflete o ambiente cultural vivido na sociedade elvense e o seu registo concebido sob forma de inventários, espelha os tempos e as pessoas que tiveram contacto com os documentos e a cultura material inerente à coleção e ao museu.

Em suma, de um modo geral, o percurso dos objetos e das suas relações pessoais na constituição das coleções é fundamental para o conhecimento dos mesmos, não sendo possível dissociá-los do seu recolector ou de proprietários anteriores. Neste sentido, os objetos apresentam-se como fontes históricas, contudo, nem sempre é exequível um estudo e investigação mais profunda na medida em que os dados associados aos objetos são vagos.

Os objetos são deste modo considerados portadores de identidade que permitem a construção de uma narrativa histórica entre os mesmos e os agentes a eles vinculados, proporcionando uma nova leitura museológica.

Por último, a biografia do objeto possibilita compreender as mudanças no sistema de inventariação e que informações privilegiaram mediante as diferentes épocas.

É neste contexto que a reabertura do Museu de Arqueologia e Etnografia irá atuar, apresentando um novo discurso museográfico à luz do atual conceito de museu, mantendo a mesma génese na qual foi fundada esta instituição museológica, dando especial enfoque às pessoas associadas aos objetos.

Fontes documentais

1. Arquivo Histórico Municipal de Elvas

Periódicos

Correio Elvense, 20 de agosto de 1944, Ano XLIV (14^o da 2.^a série), n.º 715;

Linhas de Elvas, 19 de agosto de 2004, Ano LIV, n.º 2775;

O Elvense, 24 de junho de 1880, 1.º Ano, n.º 3;

O Elvense, 5 de agosto de 1880, 1.º Ano, n.º 9;

O Transtagano, 11 de novembro de 1860, Ano 1860, n.º 56

Atas Camarárias

Ata n.º 59 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 31 de outubro de 1860;

Ata n.º 60 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 6 de novembro de 1860;

Ata n.º 21 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 11 de maio de 1880;

Ata n.º 23 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 25 de maio de 1880;

Ata n.º 30 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 6 de junho de 1880;

Ata n.º 28 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 22 de junho de 1880;

Ata n.º 4 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 6 de fevereiro de 1900;

Ata n.º 12 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 26 de março de 1901;

Ata n.º 20 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 7 de junho 1904;

Ata n.º 47 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 20 de novembro de 1975;

Ata n.º 30 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 12 de junho de 1977;

Ata n.º 5 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 3 de fevereiro de 1982;

2. Acervo Documental do Museu Municipal de Elvas

Museu Municipal de Elvas. Registo de entradas (1938-1962);

Museu Arqueológico e Etnológico de Elvas. Organização. Realizado por Domingos Lavadinho a 1 de julho de 1944;

Dossiers de inventários do Museu de Arqueologia e Etnografia;

Câmara Municipal de Elvas - Guia da Biblioteca Municipal de Elvas [Elvas: Câmara Municipal de Elvas, 1991]. 1 desdobrável;

3. Acervo Documental da Biblioteca Municipal de Elvas Dra. Elsa Grilo

Fotografias antigas do Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas (figs. 1 a 4)

4. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alvará em forma de lei (20 de agosto de 1721) [Consultado a 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4628676>].

Bibliografia

- ALBERTI, Samuel J. M. M. (2005) – “Objects and the Museum”. *Isis*. N.º 4. Vol. 96, 559-571.
- ALMADA, Victorino d', ed. (1889) - *Elementos para um dicionário de Geographia e Historia Portugueza: concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boím e Villa Fernando*. Elvas: Typ. Elvense de Samuel F. Baptista. Tomo Segundo.
- ALMADA, Victorino d', ed. (1891) - *Elementos para um dicionário de Geographia e Historia Portugueza: concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boím e Villa Fernando*. Elvas: Typ. Elvense de Samuel F. Baptista. Tomo Terceiro.
- ALMEIDA, M. J. (1999-2000) – “Testemunhos da ocupação romana no concelho de Elvas: elementos para a história da arqueologia regional.” *A Cidade*. N.º 13-14, 53-76.
- BRUNO, M.C.O. (1999) – “A Musealização da Arqueologia”. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. N.º 17.
- BRIGOLA, João (2019) – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII. Museu, viagem e história natural – expedições científicas ao Brasil e a África*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- CHOAY, Françoise (2014) – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- DINIZ, Mariana; GONÇALVES, Victor S. (1993-1994) – “Na 2.ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal”. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vols. 11/12, 175-187.
- FABIÃO, Carlos (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. N.º 2, 10-26.
- GONÇALVES, Vítor S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas (Lisboa, 1880): uma leitura*,

seguida da "Crónica" de Bordalo Pinheiro. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

JULIÃO, Leticia (2006) – "Apontamentos para a história do museu". Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: Ministério da Cultura/Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 17-30.

KOPITOFF, Igor (1986) – "The cultural Biography of things: commoditization as process". APPADURAI, Arjun (Ed.) – *The Social Life of Things: Commodities in Cultural perspective.* Cambridge University Press.

NABAIS, António (1999) – "A arqueologia e os museus locais/regionais". *O Arqueólogo Português.* Série IV. Vol. 17, 73-79.

PEREIRA, Elisabete Jesus dos Santos (2018) – *Coleccionismo Arqueológico e Redes de Conhecimento. Atores, Coleções e Objetos (1850-1930).* Coleção Estudos de Museus. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

PIMENTEL, Cristina (2005) – *O Sistema Museológico Português (1833-1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PIRES, António Tomaz (1901) – "Catálogo do Museu Archeologico de Elvas". *O Archeologo Português.* Lisboa. Série 1. Vol. VI, 209-236.

SOROMENHO, Paulo Caratão (1963) – *Papéis de António Tomás Pires.* Elvas: À sombra do Aqueduto. Estudos Elvenses.

VASCONCELLOS, José Leite de (1895) – "Culto de Prosérpina". *O Archeologo Português.* Série 1. Vol. I, 244-246.

VASCONCELLOS, José Leite de (1896) – "Acquisições do Museu Municipal de Elvas". *O Archeologo Português.* Série1. Vol. II, 2-5.

VASCONCELLOS, José Leite de (1897) – "Lápide romana de Villa-Boim". *O Archeologo Português.* Série 1. Vol. III, 121.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1950) – "Exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas". *XIII Congresso da Associação Portuguesa para progresso das Ciências, 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas.* Lisboa. Tomo VIII, 67-74.

